

DAS “ARMAS E RELIGIÃO” NOS CADERNOS DO CÁRCERE DE ANTONIO GRAMSCI

SOBRE “ARMAS E RELIGIÓN” EN LOS CUADERNOS DE LA CÁRCEL DE ANTONIO GRAMSCI

ON THE “ARMS AND RELIGION” IN ANTONIO GRAMSCI’S PRISON NOTEBOOK

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i3.36408>Giovanni Sameraro¹

Resumo: Inseparáveis na vida do Estado e na atuação da política, “armas e religião” passam a ser reinterpretadas nas reflexões carcerárias de A. Gramsci e adquirem significado de fecunda originalidade e atualidade. Partindo da interlocução crítica que Gramsci estabelece com F. Guicciardini e N. Maquiavel, este artigo percorre inúmeras notas esparsas nos *Cadernos do cárcere* relativas ao assunto e revela a complexidade e as controvérsias das questões implicadas. O surpreendente volume de anotações e a tradução que Gramsci opera a respeito do binômio “armas e religião” e, portanto, da relação dialética entre força e consenso, estrutura e superestrutura, esclarecem o conceito de hegemonia e da sua nova concepção de política e de Estado. Neste sentido, ao focalizar particularmente o desenho teórico desenvolvido por Gramsci em torno das “relações de força”, o artigo finaliza estabelecendo uma inevitável conexão com o emprego de “armas e religião” que as classes dominantes utilizam atualmente na política brasileira.

Palavras-chave: Gramsci. Relações de força. Política.

Resumen: Inseparable en la vida del Estado y en el desempeño de la política, “armas y religión” son reinterpretadas por A. Gramsci en las reflexiones de la prisión y ganas un significado de profunda originalidad y actualidad. Basado en el diálogo crítico que Gramsci establece con F. Guicciardini y N. Machiavelli, este artículo pasa por numerosas notas esparsas en los *Cuadernos de la cárcel* sobre el tema y revela la complejidad y las controversias de los temas involucrados. El sorprendente volumen de las notas y la traducción que Gramsci opera acerca del binomio de “armas y religión” y, por lo tanto, entre fuerza y consenso, estructura y superestructura, aclaran el concepto de hegemonía y su nueva concepción del Estado e de la política. En este sentido, enfocándose particularmente en el diseño teórico desarrollado por Gramsci en torno a las “relaciones de fuerza”, el artículo concluye estableciendo una conexión inevitable con la instrumentación que las clases dominantes usan actualmente en la política brasileña.

Palabras clave: Gramsci. Relaciones de fuerza. Política

Abstract: Inseparable in the life of State and in the performance of politics, “arms and religion” are reinterpreted in A. Gramsci’s prison reflections and take on the meanings of originality and actuality. Starting from the critical interlocution that Gramsci establishes with F. Guicciardini and N. Machiavelli this article goes through numerous scattered notes in *Prison Notebook* regarding the subject and reveals the complexity and the controversies of the issues involved. The surprising volume of notes and translation that operates regarding the binomial “arms and religion” and, therefore, the dialectical relationship between strength and consensus, structure and superstructure, clarify the concept of hegemony and his new conception of politics and State. In this sense, by focusing particularly on theoretical design developed by Gramsci around “power relations”, the article ends by establishing an inevitable connection with the use of “arms and religion” that the dominant classes currently use in Brazilian politics.

Keywords: Gramsci. Power Relations. Politics

Armas e religião: componentes inseparáveis no Estado e na política

Não deixa de ser surpreendente encontrar nos *Cadernos do cárcere* de A. Gramsci um conjunto considerável de reflexões sobre “armas” e “religião” e alguns comentários a respeito da conjugação das duas na ação do Estado e da política. No texto B do Caderno 6, § 87, por exemplo, Gramsci anota:

“*Armas e religião.* Afirmação do Guicciardini que para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula do Guicciardini pode ser traduzida em diversas outras fórmulas, menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política

e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude” (pp. 762-3)².

A tradução do binômio *armas-religião*, que amalgama aspectos aparentemente opostos, volta no § 14 do Caderno 13 (um texto C que retoma conteúdos da nota 86 do Caderno 8), onde Gramsci acrescenta outras combinações à “dupla perspectiva”, necessária não só para vida de um Estado, mas, também, para a ação política:

“dupla natureza do ‘Centauro maquiavélico’, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc” (p.1576).

Aqui, reaparecem “força e consenso”, “Igreja e Estado” e também “violência”, mas, entre as novas duplas, associada com autoridade, Gramsci introduz hegemonia, conectada com o “jacobinismo precoce de Maquiavel” (Q 13, §1, p.1560), “o primeiro jacobino italiano” (GRAMSCI, 1996, 7/9/31, p. 459)³. Obviamente, para uma compreensão mais ampla e precisa do seu significado, este parágrafo deve ser relacionado com outras notas, principalmente, do Caderno “especial” 13 que articula reflexões sobre Estado (§§ 5;7;11;13), “grande potência” (§§ 15;19;32), “origens das guerras” (§ 34), “moderno príncipe” (§§ 21; 23; 33), “força jacobina” (§§ 1;13;37), “relações de força” (§§ 2; 17), “cesarismo” (§ 27), “arte política e arte militar” (§§ 28; 35), base econômica da hegemonia (§§ 1;18), relações entre política e “religião” (§§ 1; 13; 37).

A intensidade destas questões, abordadas não só no Caderno 13, alertam para equilibrar muitas leituras a respeito do pensamento de Gramsci que costumam dar mais peso ao segundo termo do binômio, quer dizer, ao consenso e menos à força, às superestruturas e não às estruturas, à sociedade civil, muitas vezes, em oposição à sociedade política. Pelo contrário, nos escritos de Gramsci, as anotações em torno das “armas”, embora pouco estudadas, são muito recorrentes, se considerarmos também os numerosos temas e conceitos com elas relacionados como, por exemplo, questões militares, armamentos terrestres e marítimos, polícia, forças armadas e de assalto, munições, estratégia e tática, literatura de guerra, relações de força, Estado como grande potência, jacobinismo, ações “político-militares” na revolução Francesa, Bolchevique, no Risorgimento, sublevações populares, armas ideológicas etc. O volume de notas dedicadas a esses assuntos é tão imponente que nos leva a pensar que Gramsci entra frequentemente no mérito não só devido à sua época intensamente marcada pelas guerras, mas, principalmente, por considerar que “toda luta política tem sempre um substrato militar” (Q1, §134, p.123) e que a política é também uma “guerra” que dispõe de armas, claro, no significado peculiar que confere a estas, como veremos. Fato é que, em uma sociedade de classes que disputam ferrenhamente hegemonia e poder, as armas, os enfrentamentos, as lutas, os conflitos são intrinsecamente constitutivos da ação política. Neste sentido, a própria “resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que se torna guerra de movimento em alguns momentos e em outros guerra subterrânea” (Q 1,§134, p.122). Entende-se, então, porque Gramsci menciona várias vezes o pensamento do General K. Clausewitz (Q17, §42, p.1942; Q17, §50, p. 1946; Q19, §28, p.2052) e reafirma que “a guerra é um momento da vida política, é a continuação, com outras formas, de uma determinada

política” (Q 13, §8, p.1567; Q 17, §42, 1942) ou cita o livro *Che cosa sia la guerra* do General De Cristoforis, do qual registra a importante observação: “por destruição do exército inimigo’ (fim estratégico) não se entende ‘a morte dos soldados, mas a dissolução da sua ligação como massa orgânica” (Q 13, §25, p. 1631). Estas e outras considerações contribuem para a elaboração da peculiar concepção de Gramsci orientada a focalizar que: “todo fato militar é também um fato político e social” (Q 6, §74, p. 740). Da mesma forma, como evidenciado em diversas análises (SEMERARO, 2017, pp.87-108), a religião, para Gramsci, não sendo um fenômeno avulso da história humana e das contradições sócio-políticas, não está isenta de conflitos e da conotação de classe, de modo que “toda guerra tem sido também guerra de religião” (Q 8, § 97, p.998).

Obviamente, a associação “armas-religião” não é uma novidade do pensamento de Gramsci e dos autores que ele menciona, mas traduz a interligação de duas componentes inseparáveis na história política, frequentemente retratada com a simbologia da espada e da cruz, do trono e do altar, do braço armado e da coroa. Além disso, quando se analisam “armas” e “religião” em Gramsci, é preciso levar em conta o contexto político, histórico e cultural da Itália, onde não faltavam autores, como Luigi Russo, citado nos Cadernos, a declarar que “Sem a conjugação de religião e política, não se realiza obra histórica no mundo” (1931, p. 14). Considerando este pano de fundo podemos entender porque Gramsci dedica-se bastante a esses assuntos e reconhece, inclusive, que “A história dos partidos e das correntes políticas não pode estar separada da história dos grupos e das tendências religiosas” (Q 14, §11, pp.1666).

Armas e religião em Guicciardini e Maquiavel

Iniciamos o texto com referências a Guicciardini e Maquiavel, os autores que nos *Cadernos do cárcere* aparecem mais relacionados ao binômio “armas e religião”. Quanto ao primeiro, mencionado mais de 40 vezes nos Cadernos, Gramsci reconhece a sua importância na história política da Itália e, entre seus escritos, faz particularmente referência a *Ricordi politici e civili* (Q 3, §139, p.398; Q 14, §78, 1745). Em relação à nossa temática, chamo a atenção sobre o §41 do Caderno 2, onde Gramsci narra o encontro entre Maquiavel, enviado do Papa Clemente VII, e Guicciardini, governador do território da Romagna e comissário do exército pontifício, para tratar da possibilidade de constituir uma força armada nacional, que acabou não se concretizando, uma vez que Guicciardini não confiava no povo, dilacerado por divisões internas. Nesta circunstância, anota Gramsci, Guicciardini “chegou até elogiar a instituição da ordenação pensada pelo Maquiavel (tentativa do Maquiavel de criar em Florença a milícia cidadã). Mas, o Guicciardini não acreditava ser possível fazer a tentativa na Romagna pelas ferozes divisões de partes que nela dominavam” (p. 197). O episódio é ilustrativo para retratar as diferenças entre os dois e evidenciar a personalidade política de Guicciardini: pragmático, prudente, diplomático e desconfiado do povo, massa a ser conduzida pelo poder armado estabelecido pela autoridade e pelas normas da Igreja. Gramsci caracteriza este tipo de político como “homem do Guicciardini” (Q 3, §8, p.294), expressão extraída do ensaio de F. De Sanctis, “L’uomo del Guicciardini”, no III volume de *Saggi critici* (1979), e que assim traduz: “O homem do Guicciardini, ou seja, o que se volta apenas para o próprio ‘particular’” (Q5, §150, p.677). Esta configuração acabou se tornando “representante ideal do ‘moderado italiano’, do moderno clérigo-moderado” (Q8, §23, p. 956), fatores, “de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 3, p. 181-191, dez. 2019.* ISSN: 2175-5604 183

‘restaurações progressivas’ ou ‘revoluções-restaurações’ ou também ‘revoluções passivas’ [...] poderia se dizer que se trata de ‘revoluções do homem Guicciardini’ e que Cavour ‘diplommatizou’ exatamente a revolução do homem Guicciardini” (Q8, §24, p. 957). E, ainda, no Caderno 15, §51, ao anotar que “a filosofia do homem do Guicciardini reaparece sempre em certos períodos da vida italiana” (p.1814), inclui o ‘moderno guicciardinismo’ de Croce, autor de grande influência, que introduz “uma atividade reformista pelo alto que atenua as antíteses e as concilia em uma nova legalidade obtida ‘transformisticamente’”(Q10, §22, p.1261; 10, §41, p.1325). A serviço do Estado pontifício, grande entrave no atraso da formação do Estado nacional italiano, Guicciardini é o comissário de um poder que vem do alto e defensor do monopólio das armas e da religião nas mãos da autoridade. Neste sentido, faz parte de uma tradição política que se prolonga na história da Itália com o predomínio dos “eclesiásticos”, se cristaliza nos “intelectuais tradicionais” e continua em figuras como Cavour, Croce, os moderados e elitistas que promovem apenas “revoluções-restaurações” para garantir a manutenção da ordem estabelecida e a preservação do sistema.

Maquiavel, o 2º autor mais citado por Gramsci nos Cadernos, também trata frequentemente do binômio armas-religião na política, focalizando a necessidade de juntar inseparavelmente *Arte da Guerra* e habilidade de *O Príncipe* (Q 13,§13, p. 1573), a capacidade de saber lidar com as vicissitudes da *fortuna* e a ousadia da *virtù*, recorrendo à “força do leão e astúcia da raposa”. Em relação a Maquiavel, Gramsci observa que a peculiaridade deste autor consiste em apresentar o político capaz de ocupar-se, ao mesmo tempo, da arte militar e da aliança cidade-campo, assim como da história local (*História de Florença*), do contexto nacional e internacional (vejam-se as suas missões diplomáticas) e da história passada (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*), para chegar a criar um moderno e soberano Estado nacional, cuja “solidez dependerá do modo como o príncipe conseguir envolver o povo” (FROSINI, 2016, p.115). Diversamente de Guicciardini, Maquiavel deixa claro na *Arte da guerra* que “se as classes urbanas querem colocar um fim à desordem interna e à anarquia externa precisam se apoiar nos camponeses como massa, constituindo uma força armada segura e fiel de tipo absolutamente diferente das tropas mercenárias” (Q 13, §13, p. 1573). Desta forma, Gramsci mostra que Maquiavel e Guicciardini (que também escreveu *Histórias florentinas e da Itália*), “due grandi scrittori della politica” (Q 5, §55, 590), expressam modos diferentes de entender a função das armas e da religião na política. Partindo do artigo de Luigi Cavina, na *Nuova Antologia (1927): il sogno nazionale di N. Machiavelli in Romagna e il governo di F. Guicciardini* (Q 2, §41,196), Gramsci traça as diferenças entre os dois. Enquanto Maquiavel “supera a fase feudal” caracterizada pela fragmentação (Q 6, §86, p.760) e visa à construção de uma nova ordem pela capacidade criadora (*virtù*) do príncipe e “pela classe revolucionário do tempo, o ‘povo’ e a ‘nação’ italiana, a democracia cidadã” (Q 13, § 20, p. 1600) e projeta o “sonho nacional” com a constituição de um moderno Estado soberano e a atuação política ativa de conjunto, Guicciardini representa o passado, o “governo pragmático” que priva o povo do controle das armas, administra burocraticamente o que está posto e adota os caminhos conservadores da diplomacia. Por isso, no Q 6, §86 (p. 760), Gramsci critica um texto de Paolo Treves, *Il realismo politico di F. Guicciardini*, publicado na “Nuova Rivista Storica”, uma vez que este autor não sabe distinguir política de diplomacia, criação de ofício burocrático. Em sintonia com F. De Sanctis, que constrói a história da literatura italiana estabelecendo uma

conexão original entre Risorgimento e Renascimento, Gramsci observa que Guicciardini “marca um passo atrás na ciência da política diante de Maquiavel”, porque é “cético e de visão curta” (Q 6, §86, p.760) e representa a ciência política pragmática e diplomática, contrariamente a Maquiavel “homem de parte, de paixões poderosas, um político em ato, que visa impulsionar novas relações de forças e, portanto, não pode não ocupar-se do ‘dever ser’”, do que pode vir a ser. Um ‘dever ser’ – continua Gramsci – que não descampa para o “arbitrário e amor pelas nuvens”, porque se funda sobre a “realidade dos fatos” (“*realità effettuale*”), sobre “uma relação de forças em movimento contínuo”, capaz de potencializar “aquela determinada força que se considera progressiva”. Neste sentido, a conjugação do “ser” com o “dever ser é concretude”, é uma política mais “realista” porque leva em consideração os recursos materiais concretos e não descarta as potencialidades, é “filosofia e política em ato” (Q 13, §16, pp.1577-8), diferente do “dever ser” moralista do frade G. Savonarola, “profeta desarmado” que pretendia dirigir Florença do púlpito da Igreja. Maquiavel, ao contrário, ao lançar as bases da autonomia da política e do moderno Estado nacional, alia a ousadia e determinação do “príncipe” com a participação ativa do povo, a necessidade de uma “força armada” composta pelos cidadãos e o reconhecimento da religião como elemento de agregação (MACHIARELLI, 1997, I, 11, p. 58).

Por isso, em sintonia com Maquiavel, Gramsci se dedica a mostrar que o “moderno príncipe” “sente-se integralmente identificado” (“*si sente medesimezza*”) com o povo, supera a desagregação e cria condições para a formação da “vontade coletiva nacional-popular” (Q13, §1, p.1556). Esta “força permanentemente organizada”, como veremos adiante, se constitui com as “armas” da luta política travada no interior das concretas “relações de força”, se projeta para a “fundação do novo Estado” (Q 13, § 1, p.1556) e realiza a “reforma intelectual e moral, ou seja, a questão religiosa ou concepção de mundo” (Q 13, §1, p.1560) que possa propiciar às classes subalternas a educação ao autogoverno e a conquista da hegemonia baseada sobre um “programa de reforma econômica” (Q 13, §1, pp.1560-561).

A tradução de “armas e religião” em Gramsci

Em relação às “armas e religião”, devido à extensão destas questões nos escritos de Gramsci, vou me concentrar mais nas notas do Caderno 13. Neste, chamo a atenção sobre o significativo parêntese no título do § 23: “*Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica* (a ser conectado com as notas sobre as situações e as relações de força)”. Antes, no § 2, Gramsci condensa algumas considerações sobre os diversos graus de “Relações de força nacionais e internacionais” (pp.1561-2), sobre a condição de um “Estado independente e soberano”, a necessidade de analisar “as relações objetivas sociais, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de força política e de partidos (sistemas hegemônicos dentro do Estado) e as relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares)” e faz uma alerta, bem atual, em relação ao “partido mais nacionalista” que, muitas vezes, contrariamente ao que parece, “representa a subordinação e a servidão econômica às nações ou um grupo de nações hegemônicas” (p.1562). Mas, a nota mais extensa a esse propósito encontra-se no § 17, *Analisi delle situazioni: rapporti di forza*, onde mostra a necessidade de estabelecer a relação dialética entre força e inteligência, estrutura e

superestrutura, economia e política, entre o que é orgânico e ocasional e desenha os três “momentos ou graus” que é necessário distinguir nas relações de forças: o material, o político e o militar. O texto mereceria uma leitura completa, mas, sendo bastante extenso, sintetizo apenas os pontos mais salientes relativos ao nosso tema:

“1) Uma relação de forças sociais estreitamente vinculada à estrutura, objetiva [...] que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de **desenvolvimento das forças materiais de produção** ocorrem os agrupamentos sociais [...] que] permite estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação [...]”.

“2) Um momento seguinte é a relação das **forças políticas**, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”. Aqui, Gramsci explicita “os diversos momentos da consciência política coletiva”: a) o econômico-corporativo; b) a aliança com outros grupos sociais afins (onde já se coloca a questão do Estado); c) a fase mais abertamente política, [quando] “as ideologias germinadas anteriormente se tornam «partido», **partem para a confrontação e entram em luta** até que uma delas ou uma combinação delas tende a prevalecer, a se impor, a se propagar em todo o terreno social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais **ferve a luta** não em termos corporativos, mas a um nível «universal» e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental. **O Estado**, é concebido [...] como a força motora de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias «nacionais» [...] É preciso ainda levar em conta que com estas relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais [...] (**A religião**, per es., sempre foi uma fonte de tais combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais, a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia que funcionam como partido político)”.

“3) O terceiro momento é o das relações das **forças militares**” no sentido técnico-militar e político-militar. “Um exemplo típico que pode servir como demonstração-limite é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que busca a sua independência. A relação não é meramente militar, mas **político-militar** e, de fato, tal opressão seria inexplicável sem o estado de **desagregação social do povo oprimido e a passividade da sua maioria**; portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças meramente militares, mas, militares e político-militares [...] Todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno ocorre a passagem destas para relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva [...] “Mas, a observação mais importante a ser feita a propósito de toda a análise concreta das relações de força é a seguinte: que tais análises [...] só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada com mais eficácia, sugerem as operações táticas imediatas, indicam como melhor se pode impostar uma campanha de agitação política, qual linguagem será melhor compreendida pelas multidões etc. O elemento decisivo para qualquer situação é **a força permanentemente organizada e longamente preparada** [...] portanto, a tarefa essencial é dedicar-se sistemática e pacientemente a formar, desenvolver,

tornar cada vez mais homogênea, compacta, consciente de si mesma esta força” (pp.1583-1588) (*Negritos meus*).

Condensação de um pequeno tratado de “ciência política”, esta nota desenvolve o conceito de “relações de força”, considerado essência da práxis política e “papel determinante na que se poderia chamar de *ontologia social* de Gramsci” (COUTINHO, 2009, p. 687). E, na verdade, é nas concretas relações de força materiais e sociais e militares, objetivas e subjetivas que o indivíduo plasma a sua personalidade, que o político se constitui, o partido se organiza, o Estado e a nação se estruturam. Na mesma direção apontam outras numerosas anotações ao mostrar que “a compreensão crítica de si mesmos ocorre na luta de ‘hegemonias’ políticas” (Q 11, §12, p.1385) e ao delinear como conseguir a construção de um “Estado hegemônico” que “não é determinado pela vontade dos outros” (Q 13, §32, 1629), mas, pela “vontade coletiva nacional-popular”. Só esta vontade, ao dispor soberana e democraticamente de meios necessários (“armas”) e de um projeto de sociedade (“religião”), ou seja, do conjunto das forças econômicas, tecnológicas e armadas e das organizações políticas e culturais, poderá garantir desenvolvimento, igualdade, “segurança interna” e respeito perante outros Estados, qualificando-se como “grande potência” (Q 13, §15) capaz de “se inserir eficazmente nas conjunturas internacionais” (Q 13, §17, p.1589).

Diversamente dos sonhadores, puristas e profetas desarmados que rejeitam o recurso às “armas e religião” na política, que não levam em consideração as “relações de força” ou associam a defesa e a segurança à ideia de repressão, Gramsci nunca perdeu de vista a necessidade de conjugar dialeticamente força e consenso, estrutura e superestrutura, coerção e direção, autoridade e hegemonia, disciplina e liberdade. De Maquiavel, entre outros aspectos, Gramsci resgata a atuação audaciosa e enérgica do ator político, sempre determinado a promover “a educação política positiva, de quem deve reconhecer necessários determinados meios” (Q 13, § 20, p. 1600). Mas, ressalta também, que, para não cair na arbitrariedade e no engano, o “príncipe” deve se manter estritamente vinculado às aspirações populares e aos interesses da nação, de modo que “o momento político deve prevalecer sobre o militar” (Q 19, §28, p. 2052). De fato, como na *Arte da guerra* Maquiavel se interessa de questões militares “apenas enquanto é necessário para a sua construção política” (Q13, §13, p.1573), também Gramsci considera que: “A direção militar deve estar sempre subordinada à direção política” (Q19, §28, pp.2051-2). Neste sentido, em diversas notas, observa que Napoleão e César eram chefes militares, mas acima de tudo, chefes políticos: “Os Comentários de César são um clássico exemplo de exposição de uma sábia combinação de arte política e arte militar: os soldados viam em César não só um grande chefe militar, mas, acima de tudo, o chefe político” (Q19, § 28, p.2052). Também, a respeito de Bismarck anota que “nas pegadas de Clausewitz defendia a supremacia do momento político sobre o militar” (Ibid.). E, da mesma forma, descreve como os próprios técnicos militares têm se concentrado, cada vez mais, na guerra de posição mais do que na guerra de movimento, “reduzida à função tática mais do que estratégica” (Q 13, §24, p.1615 e §28, p.1623).

Sem confundir armas e força com violência e arbitrariedade, Gramsci concentra as atenções mais na “guerra de posição”, de “assédio recíproco na política”, ação muito complexa e difícil do que a “guerra de movimento”, mas, mais decisiva e que “demanda enormes sacrifícios [...], uma concentração inaudita da

hegemonia [...] qualidades excepcionais de paciência e de espírito criativo” (Q 6, §138, p. 802). Assim, tal como traduz a religião nos termos de uma “reforma intelectual e moral” que possa elevar a população a tornar-se protagonista dos próprios desígnios, interpreta o recurso às armas também em termos estratégicos de soberania, de desenvolvimento social e político. A conclusão do extenso e crucial parágrafo 17 do Caderno 13 deixa claro o objetivo das análises das relações de força e em que direção é preciso orientar as “armas e religião”: constituir uma “força permanentemente organizada” e politicamente consciente e ativa, preparada como “os exércitos a iniciar uma guerra a qualquer momento”, mas sempre com o objetivo de promover o protagonismo das classes populares, de democratizar as relações econômico-sociais, de socializar o poder e construir um “novo Estado” para universalizar direitos, promover as potencialidades do país, defender-se das agressões de outros Estados e do poderio das grandes corporações. Por isso, considera que “A estrutura maciça das democracias modernas, seja, como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constituem para a arte política as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes do front na guerra de posição” (Q 13, §7, p. 1566-7), “guerra de posição que, em política, é o conceito de hegemonia” (Q 8, §52, p.973).

Volto, assim, ao ponto de partida das minhas reflexões: “Afirmção do Guicciardini que para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião”. Um nexos que Gramsci traduz com a conjugação inseparável e dialética de “força e consenso”, “sociedade política + sociedade civil, quer dizer hegemonia revestida de coerção” (Q 6, §88, p.763), de modo a alcançar “a supremacia como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados” (Q 19, §24, p.2010). Assim, partindo da realidade dos fatos (“realtà effettuale”) e das “relações de forças materiais”, Gramsci indica que a ação política e a vida do “novo Estado” precisam estar dotados de vigor e determinação, de audaciosas organizações políticas democráticas, instituições públicas sólidas e transparentes e de forças armadas subordinadas à política da “vontade nacional-popular” e à Constituição democrática. Neste sentido, a “reforma intelectual e moral, ou seja, a questão religiosa ou de uma concepção de mundo” torna-se a criação de uma cultura e de um pensamento que se geram na participação ativa e consciente das massas populares organizadas que lutam para sair da subalternidade, para conquistar a sua hegemonia e elaborar um projeto superior de sociedade, contrastando qualquer forma de “religião ou concepção de mundo” que, explorando as debilidades do povo e a ausência do Estado, subjuga seus seguidores e os torna rebanho funcional ao sistema de dominação. Ao contrário, explicitando a fórmula anterior, Gramsci sustenta que quando “um grupo subalterno torna-se realmente autônomo e hegemônico suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, um novo tipo de sociedade e a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as armas ideológicas mais refinadas e decisivas” (Q 11, §70, p.1508-9). Não creio possam existir dúvidas quanto a estas posições. Gramsci, de fato, anota repetidamente que, se a “hegemonia ético-política na sociedade civil” não se tornar “dominante no Estado” e não tiver “o seu fundamento na função decisiva da

atividade econômica” (Q13, §18, 1590-91), abre-se o caminho para “as organizações armadas privadas” que usam “a ilegalidade [...] como meio para reorganizar o próprio Estado” (Q 1, §133, p.121).

“Armas e religião” na guerra “híbrida” atual

De tão evidente, não precisaria dizer que a escolha deste tema tem sido motivada pela aliança estreita que vem ocorrendo no Brasil entre “armas e religião”, cada vez mais transformadas em “violência e fraude” pelo “ultraliberalismo” radical que as incrementa e manipula para difundir o medo e a mistificação. É o que se vê no governo atual abertamente estruturado em torno de forças milicianas, das grandes corporações e do judiciário partidário, das milícias virtuais e de igrejas evangélicas com seus numerosos representantes no Parlamento, argutamente denominados de “bancadas da bala e da bíblia”. Com o apoio destas e das bancadas “dos bancos e do boi”, o governo neofascista de Bolsonaro procura implantar, com agressividade e arrogância inauditas, o fundamentalismo econômico, militar e religioso, voltado a desqualificar as instituições democráticas, destruir o Estado social, criminalizar opositores e massificar a população, com uma desenvoltura assustadora que tem levado notáveis analistas a observar que “estamos sendo atacados pelo nosso próprio governo [...] isto não é um país, é uma zona de guerra” (VERISSIMO, 2019).

Enquanto fortalece o Estado policial, solapa avanços sociais e entrega as riquezas do país, a “religião” utilizada pelo J. Messias Bolsonaro procura encobrir as contradições sociais desencadeando uma “guerra santa” contra os fantasmas do comunismo e da desordem e deslocando, assim, o foco da luta de classe para o terreno da “guerra entre o bem e o mal” (MOUFFE, 2009, p.12). A reboque da onda reacionária propagada no mundo por um capitalismo cada vez mais predador e superconcentrado, as “armas e religião” deste governo adotam métodos da “guerra híbrida”, mais sórdida e devastadora que as guerras convencionais, porque, por trás do aparente funcionamento das instituições “democráticas”, implementa novas formas de discriminação e escravidão, desintegra relações sociais, intoxica a sociedade de mentiras e deturpa a própria religião. Nesta nova modalidade de guerra, desempenham função importante o culto do “capitalismo-religião” diariamente destilado pela mídia oligopolizada e pelas igrejas neopentecostais que culpabilizam os que não alcançam sucesso (BENJAMIN, 2013), tecnologias para capturar incautos nas bolhas das redes cibernéticas, *fake news* com informações contraditórias como tática de confusão, “bullying midiático” para organizar revoltas e destruir inimigos.

Em 4 de abril de 2019, na sede da Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL) em Roma, Gilberto Carvalho, ex-ministro da Casa Civil do governo Lula e Chefe da Secretaria Geral da Presidência no governo Dilma, reconheceu que “Cometemos vários erros. Não foi suficiente a inclusão de 40 milhões de brasileiros na cultura e na política, deixamos as armas aos inimigos”. Estes, é preciso dizer, são acima de tudo internos, os detentores do sistema financeiro, donos da grande mídia, latifundiários, alto funcionalismo e a parte da magistratura a serviço das grandes corporações, sonegadores fiscais, organizações criminosas, todos os que se revestem de verde-amarelo e agem como operadores intocáveis da liquidação do país. E,

associados a estes, consideráveis setores da classe média temerosa de perder seus “status” e assustada com a perspectiva de ascensão das classes populares.

Dos inimigos externos nem precisaria falar, pela longa e dolorosa história de colonialismo, violência e extermínio praticados pelas “grandes potências” para manter o Brasil “periférico” e submisso na hierarquia mundial do poder. Só lembrar que, desde a “Doutrina Monroe” (1823), que considerava a América Latina “quintal” dos Estados Unidos, os “Documentos de Santa Fé” e o *Manual de Guerras Não-Convencionais*, publicado pelo Pentágono em 2010, o objetivo nesse tipo de guerra tem sido o mesmo: explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de concorrentes e apoiar forças internas dos países satélites para aplicar embargos, golpes camuflados, práticas de *lanfare*, controlar o sistema bancário e as cadeias de alto valor agregado, a produção da ciência e da tecnologia e as forças armadas. Hoje, aprofundada ainda mais com a “Segurança Nacional” do governo Trump, esta estratégia neocolonialista torna o Brasil alvo especial pelo imenso potencial energético e sua importância na América Latina e nos BRICS (FIORI, 2018).

O “partido nacionalista” entreguista e a “desagregação social do povo oprimido”, como vimos em Gramsci, levam o Brasil a se agachar diante da “grande potência” e a adotar subprodutos de “armas e religião” que se voltam contra o próprio país, produzindo a destruição do Estado, a perda da soberania e a desintegração da nação. Com isso, o Brasil torna-se cada vez mais funcional aos desígnios de um império decadente que se fecha atrás dos muros, incrementa uma poderosa máquina de guerra e propaga uma ideologia ornamentada de “religião ocidental”, com a qual continua a se apresentar ao mundo com a grotesca pretensão da “missão” divina para estabelecer a “nova ordem dos séculos” (LOSURDO, 2007, pp.108-9).

Para sair da servidão e enfrentar forças tão poderosas e letais, embora valiosas, não são suficientes revoltas salpicadas e passageiras, movimentos voluntaristas e efêmeros, mas, se fazem necessárias “armas e religião” sólidas e eficazes: a ação política “permanentemente organizada” dos trabalhadores e das forças populares, capaz de agir nas “relações de forças” materiais, políticas, militares nacionais e internacionais, sem se burocratizar e mumificar (Q 13, §23, p.1604), com uma dinâmica “concepção de mundo” para realizar a “grande política” que refunda o Estado sobre a “vontade nacional-popular”. Sem negar os avanços, as boas intenções e a dedicação das políticas dos governos “progressistas” que atuaram recentemente no Brasil, é necessário reconhecer que faltou “a ‘paixão’ do ‘jacobino’” (Q 17, §27, pp.1928-9) e sobrou acomodação no sistema. Para administrar um pouco melhor o capitalismo caiu-se em um dos erros mais desastrosos na política: a ilusão da conciliação e da aliança com os inimigos que foram se armando. Em um comentário crítico ao *Mein Kampf* de Hitler, Gramsci deixa claro que “religião (ou concepção do mundo ‘ativa’), Estado, partido, são indissolúveis [...] No mundo moderno, um partido é tal, integralmente [...] quando é concebido, organizado e dirigido de tal forma que venha a se desenvolver integralmente em um Estado (integral, e não em um governo tecnicamente entendido) e em uma concepção de mundo” (Q 17, §51, p.1947) que possa propiciar condições para a autodeterminação das classes subjugadas e a criação de uma “nova civilização”.

Bibliografia

- BENJAMIN, W., *O capitalismo como religião* (org. M. Löwy), Boitempo, São Paulo, 2013.
- Coutinho, C.N., “Relações de força”, in Liguori, G.-Voza, P., *Dizionario Gramsciano*, Carocci, Roma, 2009.
- DE SANCTIS, F., *Saggi critici*, III vol., Laterza, Bari, 1979.
- FIORI, J. L., *Sobre a guerra*, Vozes, Petrópolis, 2018
- FROSINI, F., *Maquiavel, o revolucionário*, Ideias e Letras, São Paulo, 2016.
- GRAMSCI, A., *Quaderni del carcere*, 4 voll., Edizione critica a cura di V. Gerratana, Einaudi, Torino, 1975.
- _____, *Lettere dal carcere 1926-1937*, 2 voll., a cura di A. Santucci, Sellerio Editore, Palermo, 1996.
- LOSURDO, D., *Il linguaggio dell'impero. Lessico dell'ideologia americana*, Laterza, Roma-Bari, 2007.
- MACHIAVELLI, N., *Discorsi*, in Machiavelli, *Opere*, Einaudi-Gallimard, Torino, 1997.
- MAQUIAVEL, N., *A arte da guerra*, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*, Martins Fontes, São Paulo, 2011.
- MOUFFE, C., *En torno a lo político*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.
- RUSSO, L., *Prolegomeni a Machiavelli*, F. Le Monnier, Firenze, 1931.
- SEMERARO, G., “La restaurazione in Brasile: un fascismo neoliberalista”, in *Critica Marxista*, n. 1, Roma, 2019, pp.26-34.
- _____, “Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina”, in *O Social em Questão*, vol. 1, n.39, 2017, pp.87-108.
- VERISSIMO, L.F., “Somos atacados pelo governo”, in *O Globo*, 5 de setembro de 2019.
- ¹ Ao longo dessas páginas utilizamos a edição crítica de Gramsci, Antonio, *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana, 4 voll, Einaudi, Torino, 1975, cuja referência será feita com a letra Q, seguida pelo número do parágrafo e o número da página.
- ² Gramsci, A., *Lettere dal carcere*, a cura di A. Santucci, 2 voll, Sellerio Editore, Palermo, 1996. Colocamos a data da carta para facilitar a localização nas traduções existentes no Brasil.

Notas

- ¹ Professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Departamento SFP. Atua nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFF. Coordenador do Núcleo de Filosofia Política e Educação (Nufipe). Autor de vários artigos e livros e pesquisador do CNPq. ORCID: Email: gsemeraro@globoblog.com

Recebido em 16.04.2020
Publicado em 20.04.2020